

**A REFORMA POLÍTICA E SEUS REFLEXOS NO SISTEMA
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: Voto distrital, sistemas de listas
fechadas, fidelidade partidária e financiamento público de campanhas.**

Por: Débora Pacheco Quidá Ramsdorf

Este trabalho surgiu através de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de fontes de pesquisa que lhe são particulares: legislação doutrina, artigos e direito comparado. A análise de dados utilizou-se de diversos tipos de leitura: exploratória, seletiva, analítica, interpretativa, reflexiva e crítica.

Os centros de discussões foram às dificuldades da representação política enquanto sustentáculo da democracia, analisando a questão democrática dentro do contexto político nacional, traçando-se um paralelo com a necessidade de mudança no sistema político vigente constatada pela crise da representação popular e na própria organização e funcionamento dos partidos políticos que não conseguiram evoluir no sentido de servirem como eficazes instrumentos de efetiva representação dos interesses do povo.

Do ponto de vista jurídico, o trabalho discute a questão da reforma política e eleitoral que tramita no Congresso Nacional e analisa os benefícios e prejuízos que uma reforma de tal natureza possa trazer se for aprovada.

Este estudo se prende à estas hipóteses de alterações do Sistema Político vigente presente na Reforma Política, analisa posicionamentos contrários e favoráveis e considera possível que estas medidas possam consolidar a base de estruturação de uma efetiva participação popular e fortalecimento do sistema democrático brasileiro.